

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E TERCEIRA VIA: A “SOLIDARIEDADE” COMO IDEOLOGIA

## EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y TERCERA VÍA: LA “SOLIDARIEDAD” COMO IDEOLOGÍA

## UNIVERSITY EXTENSION AND THIRD WAY: THE “SOLIDARITY” AS IDEOLOGY

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v13i3.34743>

Raphael Carmesin Gomes<sup>1</sup>

Damião Bezerra Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Analisa-se, conceitualmente, a historicidade da Extensão Universitária nas universidades mercantis, enquanto espaço de estratégia ideológica da Terceira Via, no qual se reforça o consenso para a consolidação da hegemonia burguesa. Utiliza-se de pesquisa documental e bibliográfica para tratar de discursos e concepções de sujeitos institucionais a fim de compreender a principal política pública para a Extensão Universitária desenvolvida durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso: o Programa da Comunidade Solidária. Conclui-se que, a partir da inserção de políticas neoliberais e da reforma do Estado brasileiro, construiu-se uma ideologia da “solidariedade” através das práticas extensionistas das universidades mercantis, cujo embrião está no “Programa da Comunidade Solidária”, e que oculta o conflito de classes que emerge do capitalismo e ressalta o papel do indivíduo como o único responsável pelo seu destino.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Solidariedade. Terceira Via. Programa Comunidade Solidária.

**Resumen:** Analiza, conceptualmente, la historicidad de la Extensión Universitaria en las Instituciones Privadas de Educación Superior, como un espacio para la estrategia ideológica de la Tercera Vía, en la cual se refuerza el consenso para la consolidación de la hegemonía burguesa. Se hace una investigación bibliográfica y documental para entender la principal política pública centrada en la Extensión Universitaria: el "Programa Comunidad Solidaria", desarrollado durante el gobierno del presidente Fernando Henrique Cardoso. Se concluyó que, a partir de la inserción de políticas neoliberais e de la reforma del Estado brasileño, tuvo una ideología de "solidaridad" proclamada por medio de las prácticas extensionistas de las Instituciones de Educación Superior Mercantis, cuyo embrión se encuentra en el marco del "Programa Comunidad Solidaria", y que oculta el conflicto de clases que gira en torno a las contradicciones entre capital y trabajo, destacando el papel del individuo como el único responsable de su destino.

**Palabras clave:** Extensión Universitária. Solidariedad. Tercera Vía. Programa Comunidad Solidaria.

**Abstract:** Analyze, conceptually, the historicity of University Extension in the Private Intitutions of High Educations as space of Third Way's ideological strategy, strengthening the consensus to consolidate the bourgeois hegemony. Use bibliographic and documental research to analyze institutional conceptions to understand the main Public Policy to University Extension developed during Fernando Henrique Cardoso's Government: the “Solidarity Community Program”. It was concluded that, from the insertion of neoliberal policies and the reform of brazilian State, was built an ideology of “solidarity” proclaimed through extensionist practices of Private Intitutions of High Educations, with the beginning in the “Solidarity Community Program”. This ideology hidden the class conflict that emerge of contradiction between capital and labour, emphasizing the individual as the solely responsible by his destiny.

**Keywords:** University Extension. Solidarity. Third Way. Solidarity Community Program.

## Introdução

Neste trabalho parte-se do pressuposto de que vivemos uma conjuntura política e econômica no país que redefiniu a clássica divisão entre o público, vinculado ao Estado, e o privado, pertencente à esfera da sociedade civil. Pode-se precisar este processo de reconfiguração desde a década de 90, quando da formatação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), aprovado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

Com o PDRAE, há um redesenho da atuação do Estado frente às políticas públicas, notadamente aquelas que exigiam a concretização dos direitos sociais insculpidos na Carta Magna de 1988 (SILVA, 2003), com base no discurso de que o Estado está em crise – e não que a crise é estrutural do capital, como diz Mézáros (2009) –; discurso este capitaneado pela Agenda Neoliberal e pela chamada “Terceira Via”. (PERONI; ADRIÃO, 2005).

Ao se tornar um “problema”, o Estado passa a ser objeto de reflexão tanto do pensamento neoliberal, quanto da Terceira Via. Ambos os projetos políticos preconizam o “enxugamento” do ente estatal, o qual, por não dispor de recursos suficientes (crise fiscal) para dar conta da universalização dos direitos sociais prometidos constitucionalmente, necessita modificar o seu paradigma de gestão. Desta forma, à administração pública, burocratizada, inchada, patrimonialista, deveria se suceder uma administração gerencial, eficientista, descentralizada, competitiva, produtivista, pautada em princípios de gestão oriundos da lógica mercantil (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

A política neoliberal implementada no Brasil o vincula, dessa forma, aos macroprocessos capitalistas mundiais e a uma agenda globalmente estruturada para a educação (DALE, 2004), que apregoa a derrocada do *Welfare State*, a diminuição da intervenção do Estado nas políticas econômicas e sociais, a racionalização dos gastos públicos e, principalmente, a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil na concretização de políticas e direitos sociais.

Estas mudanças atingiram de maneira indelével as políticas educacionais. A reforma do Estado favoreceu a contração da esfera pública e a ampliação da esfera privada de forma acentuada, trazendo a lume a atuação do Terceiro Setor, o qual se tornou relevante a partir da prática político-econômica inglesa do governo de Tony Blair e das elaborações teóricas em torno da Terceira Via.

A Terceira Via, cuja formulação teórica poderá ser encontrada nas obras de Anthony Giddens (2001; 2007), propõem um projeto político alternativo ao neoliberalismo “fundamentalista” de mercado e à concepção socialdemocrata de Estado de bem-estar social.

O discurso da Terceira Via apresenta alguns elementos constantes, dos quais podemos destacar: a defesa de um novo tipo de relação entre Estado e sociedade civil, na qual a execução da política educacional passa a ser de responsabilidade de entes privados. No caso do Brasil, tal modificação pode ser constatada pela expansão exponencial do Ensino Superior Privado no país, a partir da década de 90.

Com a inserção da lógica mercantil no Ensino Superior, particularmente nas universidades privadas, mas também nos Centros Universitários, Faculdades Integradas, entre outros perfis institucionais<sup>3</sup>, as funções da universidade se fizeram objetos de reflexão, principalmente em se tratando, no presente caso, da

Extensão Universitária, enquanto processo indissociável do ensino e da pesquisa, nos termos do art. 207 da Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988).

Conjectura-se aqui que as políticas de Extensão Universitária, regidas pela lógica mercantil, têm encontrado amparo ideológico na Terceira Via, ou seja, a Extensão Universitária tem sido vista como uma mola propulsora para a execução de políticas sociais focalizadas – embasada na cooperação voluntária de agentes privados, na compensação em âmbito microssocial, no discurso da solidariedade e no assistencialismo.

Tal práxis extensionista anula a perspectiva transformadora e contra-hegemônica da Extensão Universitária, neutralizando-a enquanto instrumento de conscientização e ação política emancipadora da classe trabalhadora.

Para constatar-se tal movimento, será discutida a expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil nos últimos anos, particularmente do que se pode chamar de universidades mercantis, em um contexto de hegemonia da visão neoliberal de educação.

Depois, será realizada uma abordagem histórica resumida da Extensão Universitária nas universidades mercantis, tendo como fio condutor o discurso estatal/institucional sobre o projeto “Comunidade Solidária”, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Por fim, será estabelecida a relação ideológica em torno das políticas de Extensão Universitária deste segmento do mercado educacional, levando-se em consideração o discurso de solidariedade social, adotando-se, como pressuposto teórico, a perspectiva analítica marxista.

Para este fim, se empreenderá uma análise qualitativa – histórico-conceitual – de perfil bibliográfico e documental (institucional-normativo) a fim de se alcançar o objetivo pretendido

### ***A expansão das universidades mercantis***

A expansão do Ensino Superior privado no Brasil remonta ao período da ditadura militar sendo que, nas últimas décadas, pode ser constatada pelo aparecimento de um mercado educacional no país compartilhado por grandes fundos de investimento e a formação de grandes conglomerados de ensino superior, com estímulo das políticas públicas estatais (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014).

Atualmente, a norma brasileira tem autorizado a existência de, pelo menos, três tipos de instituições de ensino, nos diferentes níveis: instituições públicas, instituições privadas e instituições comunitárias (estas últimas podendo ser confessionais ou filantrópicas, conforme art. 19 da Lei n.º. 9.394/96).

No presente caso, abordamos, especificamente, as instituições de Ensino Superior mantidas pela iniciativa privada (art. 16 da Lei n.º. 9.394/96), cuja marca fundamental é a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, ou seja, as universidades privadas (aqui chamadas de universidades mercantis).

Se utilizará a categoria “universidade mercantil” para abordar as universidades particulares com explícitos fins lucrativos, geridas enquanto empresas educacionais, que oferecem produtos e serviços de acordo com a demanda do mercado (CALDERÓN, 2000), o que nos remete também à ideia de educação superior privado mercantil. (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014).

Estas instituições, verdadeiras empresas de educação, passaram por intensos processos de fusão e de aquisições, lastreando-se com ativos disponíveis na Bolsa de Valores com recordes de valorização, em contraposição a outros setores do mercado financeiro.

Ao longo dos últimos dois ou três anos e até o final de 2014 ou até a edição das Portarias 21 e 23 do Fies, de 29/12/2014, o setor educacional do mercado de ações foi o mais lucrativo dentre os 15 ou 16 setores da economia presentes na Bovespa. De agosto de 2012 a agosto de 2014, por exemplo, enquanto o Ibovespa (índice do total de cerca de 350 empresas) teve uma redução de 3,67%; a Vale (VALE5), redução de 13,48%; e a Petrobras (PETR4), valorização de 9,32% de suas ações; a Kroton (KROT3) teve uma valorização de 314% e a Estácio (ESTC3), 240,97% de suas respectivas ações (SGUISSARDI, 2015, p. 870).

Carvalho (2017) e Filho (2016) revelam um dado significativo: em 2015, o percentual de matrícula no setor público foi de 25%, enquanto no setor privado foi de 75%. É inegável, portanto, a institucionalização de um mercado universitário no Ensino Superior Privado, através da proliferação das universidades mercantis (CALDERÓN, 2000).

Enquanto alguns teóricos criticam o caráter privatizador e a publicização da política educacional do Estado como estratégias que solapam as funções da universidade brasileira, seu caráter universalista e democrático (CHAUÍ, 1995; CUNHA, 1996; MARTINS, 1991; MENEZES, 1996); outros prenunciam as universidades mercantis como o novo modelo inexorável de universidade do século XXI, como um processo irreversível que superará o perfil supostamente obsoleto e ultrapassado da universidade pública e gratuita (CALDERÓN, 2003a; DURHAM, 1996; READINGS, 1996).

Nesse contexto, a educação, enquanto direito social, torna-se um serviço a ser prestado ao cidadão-consumidor – caso este consiga arcar com os custos individualmente – ou ao cidadão-pobre, por meio, principalmente, dos benefícios oriundos dos projetos sociais executados pelo Terceiro Setor. Nesse ponto a Terceira Via funda uma nova ideologia, “pautada na permanência da ordem capitalista e na concepção da sociedade civil como espaço de colaboração e ajuda mútua, num explícito aclassismo” (PEREIRA, 2009, p. 270).

Para Montañó (2002, p. 182), o Terceiro Setor é uma denominação ideológica, pois não existe uma separação estanque, na qual o “político pertencesse à esfera estatal, o econômico ao âmbito do mercado e o social remetesse apenas à sociedade civil”, fruto do processo de reestruturação do capital e de contrarreformas do Estado. Para o autor não há uma “nova questão social” a ser solucionada pelo Terceiro Setor, mas somente uma que permanece: a questão social da contradição entre capital versus trabalho (MONTAÑO, 2002b).

No caso do Ensino Superior, ao mesmo tempo em que este se mercantiliza, adota a cartilha da Terceira Via, preconizando o associativismo entre particulares, o colaboracionismo, o empreendedorismo social, o trabalho voluntário, a responsabilidade social e a solidariedade. Viriato (2004, p. 6) diz que:

[...] por trás da transferência de responsabilidade está o esvaziamento dos direitos dos cidadãos; a criação da cultura da responsabilização do indivíduo por sua situação ou condição social, e uma nova forma de enfrentar os problemas: a solidariedade e o voluntariado, ou seja, o processo de redefinição do espaço público estatal e sua ‘publicização’ ganham sustentação com o denominado terceiro setor.

Freitas (2018) ressalta que a “nova direita” neoliberal, impulsionada pelas ideias de Friedman, Hayek e Buchanan, preconiza um individualismo violento, o qual atribui somente ao indivíduo o ônus do seu sucesso e o bônus de seu fracasso em sociedade. Essa perspectiva impulsiona uma espécie de darwinismo social, no qual todos competem contra todos e cada um deve buscar ser um tipo de “empreendedor de si mesmo”, sob o risco de ser um “membro inferior da espécie humana”. (BUCHANAN *apud* MACLEAN, 2017, p. 212).

A educação, neste contexto, perde o seu caráter público, democrático e de direito fundamental e passa a ser um serviço contratado por aqueles que o podem adquirir. Aos que estão alijados do mercado, sobra a caridade e uma espécie de solidariedade de matiz religiosa, restrito ao âmbito individual, sem maior compromisso com a justiça social.

Diante desse processo, de controle do mercado educacional por instituições privadas, é natural que ocorra uma mobilização destas IES em torno de reivindicações no âmbito do próprio Estado (*lobbies*), o que tem ocorrido através da criação de entidades representativas dos interesses do setor. Assim, enquanto classe, as universidades mercantis mobilizam seus discursos a fim de conquistar o consenso na sociedade civil como exercício de sua hegemonia (GRAMSCI, 2002).

Na década dos anos 2000, por exemplo, surgiu a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), fundada em 1982 e a Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP), criada em 1998, no interior da qual foi criado o Fórum de Extensão das IES Particulares (FOREXP) como espaço de debate para a política extensionista nacional.

Destas entidades, destaca-se no presente trabalho – tendo em vista os objetivos a que nos propomos – o Fórum de Extensão das IES Particulares (FOREXP), vinculado à Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP).

### ***Aspectos históricos da Extensão Universitária nas universidades mercantis***

A história da Extensão Universitária nas universidades mercantis tem um passado recente e está relacionada com a expansão do mercado de ensino superior privado, ocorrida desde a década de 90 do século passado.

Com a redemocratização e o incremento de demandas em torno de direitos fundamentais – individuais e sociais –, a Extensão Universitária adquiriu um novo papel, a partir da promulgação da Carta Constitucional de 1988 (BRASIL, 1988), que, no art. 207, articulou a Extensão Universitária com a autonomia universitária e a inseriu em uma relação indissociável com o ensino e a pesquisa. (TAVARES, 1997).

A consolidação da sociedade civil trouxe a lume uma nova perspectiva de Extensão Universitária, encarada como trabalho socialmente transformador<sup>4</sup> e não apenas como prestação de serviço, ou mesmo como uma atividade assistencial. A Extensão, enquanto instrumento de democratização e cidadania passou a exigir um redesenho de sua política em âmbito nacional.

Porém, por muitas décadas a Extensão Universitária não possuiu uma regulamentação específica a fim de estabelecer os marcos, os princípios e as diretrizes mínimas para que as Instituições de Ensino Superior (IES) pudessem nortear a sua política extensionista. Aliás, foi tão somente no final de 2018, dentro de uma conjuntura político-econômica aparentemente desfavorável, que o Ministério da Educação, por meio do Conselho Nacional de Educação e após reiteradas reuniões deliberativas com representantes das IES, aprovou e promulgou a Resolução nº 07/2018 CNE/MEC, que passou a estabelecer as diretrizes nacionais para a Extensão Universitária, no âmbito de todo o Ensino Superior.

A fim de preencher este vazio institucional histórico, membros da sociedade civil organizaram o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, o qual foi o grande agente mobilizador das políticas extensionistas, em nível federal, tendo em vista a omissão do Ministério da Educação

As diretrizes do FORPROEX foram sintetizadas por Nogueira (2001, p. 67):

O compromisso social da Universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes da maioria da população; a indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade de institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico; e a necessidade de financiamento da Extensão como responsabilidade governamental.

O FORPROEX, desde a sua origem, foi questionado por incluir somente as IES públicas. Calderón (2007) afirma que a exclusão das universidades mercantis é representativa da ausência histórica de um diálogo interinstitucional, que reforça a dicotomia entre o público e o privado.

Diante das mudanças estruturais no Ensino Superior – de abertura de mercado e financeirização, embasado no discurso neoliberal – as universidades mercantis passaram a disputar a hegemonia, tendo em vista as especificidades do setor.

O setor que tem dificultado o diálogo interinstitucional é o das universidades públicas, mostrando preconceito em relação aos setores particular e comunitário, aferrando-se a modelos interpretativos que lhes impedem reconhecer a existência de universidades com diversas missões. Insiste-se em falar em "Universidade Brasileira", como sinônimo de universidade pública, gratuita e de pesquisa, como se existisse somente um tipo de universidade, como se "a" universidade fosse uma instituição monolítica com um único perfil. Esquecendo-se de que, em termos quantitativos, o número de instituições de ensino superior, particulares e comunitárias tem se tornado muito maior do que o das públicas, sendo sua diversificação uma realidade da qual não se pode fugir.

No que diz respeito à Extensão Universitária, diante de tanta fragmentação existente entre as universidades brasileiras, ideal teria sido se somente existisse um único fórum de extensão das instituições de ensino superior, constituído a partir da abertura do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, para as outras universidades, sejam estas comunitárias ou particulares. No entanto, o que predominou foi a segmentarização das IES, a partir do enclausuramento das universidades financiadas pelo Estado, tradicionalmente chamadas de "públicas". (CALDERÓN, 2003b, p. 1).

Esta "cisão" entre IES públicas e particulares motivou, em 2003, a integração das IES particulares (universidades confessionais, filantrópicas e as mercantis) no Fórum de Extensão das IES brasileiras. Com o apoio da FUNADESP, em 2006, o Fórum passou a se denominar Fórum de Extensão das Instituições de

Educação Superior, com estatuto próprio e espaço político específico para as questões de classe dos empresários do mercado educacional.

Ocorreu, assim, a institucionalização do que Coutinho (2010) chamou de “pequena política”, uma vez que a existência de uma alegada separação estabelecida entre IES públicas e IES privadas não representa o conflito de ideologias em busca de hegemonia, mas mascara o consenso estabelecido no senso comum de crenças e valores que defendem o privatismo da educação superior brasileira, em detrimento do Estado, considerado o “mau gestor” por excelência.

Mais acertado dizer que a dicotomia entre IES pública e IES privada expressa a crítica ao Estado de bem-estar social feita por intelectuais orgânicos da burguesia, como se constata a seguir:

O processo de expansão do ensino superior viola valores culturais fortemente arraigados no país, segundo os quais o ensino é concebido como direito social, um serviço provido pelo Estado com objetivos essencialmente públicos e não lucrativos.

O preconceito apresentado pela maioria dos intelectuais contra as IES com fins lucrativos é característico de uma geração apegada a modelos interpretativos ancorados no paradigma social-universalista, fruto do Estado emergente no pós-guerra. (CALDERÓN, 2007, p. 25).

Desconsiderar a educação como um direito social universal, a fim de trata-la como um bem mercadológico é reproduzir o discurso neoliberal e da Terceira Via, movimentos nos quais não há espaço para aprofundamento de direitos sociais, em uma perspectiva universal, mas somente de políticas focalizadas, compensatórias de direitos violados, fruto de uma “solidariedade” individual entre particulares.

Com a derrocada do Estado-Providência há uma reconfiguração da relação entre Estado e sociedade civil, o que pode ser constatado também na historicidade da política extensionista das universidades mercantis.

Segundo Calderón (2007), a aglutinação de forças em torno do Fórum de Extensão das IES Particulares (Forexp) decorreu da articulação alcançada por estas instituições, a partir da dinamização da Extensão Universitária, cujo impulso indireto se deu pela Universidade Solidária e Alfabetização Solidária, na segunda metade da década de 1990. Esses dois projetos estavam inseridos no Programa Comunidade Solidária, criado por Ruth Cardoso<sup>5</sup>, em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Percebe-se, assim, que a Extensão Universitária nasceu no seio das universidades mercantis sob a égide ideológica da Terceira Via, que fundou as diretrizes do Programa Universidade Solidária em torno de valores como “solidariedade”, “voluntarismo” e “livre iniciativa”, sem uma vinculação orgânica com uma práxis que expusesse a crítica ao capital, a dissociação entre universidade e sociedade e promovesse uma real transformação social da classe trabalhadora.

### ***Comunidade Solidária e a ideologia da solidariedade***

Ruth Cardoso – presidente do Conselho da Comunidade Solidária – dizia que o Terceiro Setor era a “reinstitutionalização do público”, compreendendo-se este processo como o surgimento de um espaço –entre o público e o particular – no qual a sociedade civil se articulava para atender as suas próprias demandas (CARRION, 2000).

O Programa Comunidade Solidária foi instituído pelo Decreto-Lei nº. 1.366 com o objetivo de mobilizar recursos humanos, técnicos e financeiros, unindo Estado e empresas no combate à pobreza e à exclusão social (PERES, 2005). Seguindo a própria enunciação de um Estado que estava em ampla reforma administrativa e gerencial tem-se que a:

[...] magnitude dos problemas sociais, a manifesta crise da administração pública e do Estado e um renovado fortalecimento da sociedade civil mostram os limites da ação estatal no Brasil, [e que romper estes limites] significa criar e reforçar novos espaços públicos, não necessariamente estatais, e incentivar formas inovadoras de mobilização e parcerias entre diferentes níveis de governo e agências estatais (...) bem como entre o governo e as múltiplas e distintas organizações da sociedade civil (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000, p. 16 *apud* PERES, 2005, p. 113).

O Programa Comunidade Solidária mobilizou as energias da Terceira Via no país trazendo em seu arcabouço um complexo de políticas públicas desenvolvidas pelo Terceiro Setor no Brasil, tendo como grande inspiração a reforma institucional proposta pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Subjazia a esse discurso ideológico a ideia de que a sociedade civil brasileira já estava suficientemente madura para assumir solidariamente a definição e execução de políticas públicas “emergenciais” e focalizadas no âmbito da educação, da saúde e da assistência social.

A Comunidade Solidária para atingir seus objetivos busca uma atuação estatal eficiente e eficaz a partir da descentralização e integração das ações no nível local e melhoria da gestão das ações governamentais. A estratégia que está sendo implementada descentralizadamente, a partir de ampla parceria envolvendo os governos federal, estadual e municipal e a sociedade, busca desvencilhar-se de práticas políticas ultrapassadas: estatismo, corporativismo, fisiologismo e clientelismo. Ao procurar livrar-se destes "ismos", a Comunidade Solidária tem alterado práticas utilizadas, no passado, como moeda de troca e de promoção política. Todo esse esforço de racionalização da atuação do Estado visa à superação do paralelismo, da superposição e da fragmentação das políticas sociais. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1998, p. 1)

Segundo Resende (2000, p. 24), a “solidariedade” enquanto “engajamento ético de quem quer acabar definitivamente com a situação de fome e miséria existente no Brasil” era um dos quatro grandes princípios que norteavam a estratégia do Programa Comunidade Solidária, ao lado de “parceria”, “descentralização das ações” e da “integração e convergência de ações”.

Foi sob estes princípios que o Programa Comunidade Solidária estabeleceu um diálogo com as universidades mercantis por meio dos projetos “Universidade Solidária” e “Alfabetização Solidária”. Em ambos os projetos há uma evocação ao valor “solidariedade” como uma expressão da *fraternité* brasileira, na qual não haveria conflito de classes, mas tão somente cidadãos “menos afortunados” que necessitavam de amparo e caridade, evocando o discurso utilizado na França pós-revolucionária e criticado por Marx (2012).

Por meio da moralização das questões sociais (fome, miséria, analfabetismo, etc.) o Programa Comunidade Solidária responsabilizava os indivíduos pelos conflitos que emergiam da reestruturação e crise do capitalismo, principalmente aqueles que mais sofriam os seus impactos, escamoteando os conflitos

estruturais de classe entre os donos dos meios de produção e trabalhadores (BARBOSA, 2005); destinando a resolução dos impasses de uma sociedade capitalista à “eventual solidariedade dos cidadãos” (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Assim, a Extensão Universitária nas universidades mercantis sempre esteve organicamente atrelada à uma ideologia: a ideologia da solidariedade (GUSMÃO, 2000), cuja maior expressão seriam as ações pontuais e caritativas do Programa Comunidade Solidária.

Aqui encara-se o termo “ideologia” não somente como uma consciência invertida das relações sociais ou uma falsa consciência da realidade (MARX, 1998), mas também enquanto uma consciência que orienta certas práticas sociais, tendo implicações práticas de longo prazo, constituindo comportamentos concretos no seio das lutas de classe (MÉSZÁROS, 2004).

A Extensão Universitária sob a égide de uma ideologia da solidariedade esvazia-se de seu potencial crítico e confrontador da realidade brasileira. Segundo Melo Neto (2002, p. 19-20):

Há, ao que parece, uma possibilidade de construção de hegemonia e desvelamento das ideologias dominantes e uma nova estratégia da função social da universidade ou mesmo uma condição de serviços da extensão a favor da cultura das classes trabalhadoras. Esse pode ser o papel do aparelho de hegemonia – a universidade – que, através da extensão, ontologicamente balizada como trabalho social, possibilitando o direcionamento da pesquisa e o do ensino para um outro projeto social.

Historicamente, o próprio surgimento da Extensão Universitária no século XIX, na Inglaterra, no seio dos conflitos sociais oriundos da Revolução Industrial, com a emergência do proletariado organizado, teve um papel de contenção das massas populares que, desempregadas, famélicas e excluídas, se insurgiam contra a exploração e demandavam direitos, contestando a elitização das universidades (FERNANDEZ, 2017).

Nesta época, a ideologia da solidariedade já se fazia presente nos discursos dos liberais que buscavam “democratizar” a universidade a fim de aumentar a cultura geral da classe trabalhadora e a sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho, a partir de uma teoria do capital humano *avant la lettre* que defendia o simples acesso à educação universitária como possibilidade de ascensão social do operário.

Portanto, desde o seu surgimento, a universidade, enquanto aparelho de hegemonia, é um campo fértil para as contradições de classes. As funções universitárias, assim, possuem um compromisso com o estabelecimento de um consenso, seja em torno daqueles que apenas visam à perpetuação do desmonte das políticas sociais universalistas, seja em torno daqueles que intentam desenvolver uma práxis extensionista emancipatória voltada para crítica radical das mazelas oriundas da reestruturação do capital e das reformas neoliberais.

### **Considerações finais**

Analisou-se a historicidade da Extensão Universitária nas universidades mercantis, o que nos levou ao Programa da Comunidade Universitária criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em um primeiro momento, se abordou a expansão do Ensino Superior no Brasil nos últimos anos, notadamente das universidades mercantis, em um contexto de hegemonia das políticas neoliberais, permeado, também, pelo discurso da Terceira Via, como uma possibilidade de enfrentamento das crises que assolam a sociedade contemporânea, como caminho alternativo ao Estado de Bem-Estar Social, já que este é tido como ineficiente para a concretização das políticas públicas universais.

Posteriormente, analisou-se historicamente a Extensão Universitária nas universidades mercantis, tendo, como fio condutor, o discurso oficial sobre o Programa “Comunidade Solidária”, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, e a sua proposta – em um contexto de (contra) reforma do Estado brasileiro – de dar conta, com mais eficiência, das políticas sociais emergenciais como educação, saúde e assistência social, através da descentralização das ações, da parceria público-privada e de um discurso de solidariedade entre os indivíduos.

Delineou-se a relação ideológica em torno das políticas de Extensão Universitária das universidades mercantis, levando-se em consideração o discurso de solidariedade social subjacente às políticas públicas educacionais que fomentam as premissas da Terceira Via: a atuação de entidades privadas de caráter público (ONG’s, fundações, etc.), o voluntarismo, o colaboracionismo, a responsabilidade social e a solidariedade frente às necessidades sociais.

Desta forma, a política de Extensão Universitária nas universidades mercantis tornou-se espaço de atuação ideológica do Terceiro Setor, estabelecendo o consenso em torno da consolidação da hegemonia burguesa. Não se trata mais, portanto, de exploração, de violação de direitos sociais e de desmantelamento de política universalista do Estado, mas, tão somente, da ideologia da “solidariedade” a ser expressa através das práticas extensionistas das universidades mercantis, voltadas para ações focalizadas, assistenciais, “neutras”, mera prestação de serviços, cujo embrião, constatou-se, está no “Programa da Comunidade Solidária”.

A solidariedade, como valor preconizado pelo discurso ideológico do Terceiro Setor, escamoteia a consciência do conflito de classes e a questão social que gira em torno das contradições entre o capital e o trabalho ressaltando o papel do indivíduo como o único responsável pelo seu destino, incluindo-se o apelo à moralidade individual como a solução definitiva para problemáticas conjunturais inerentes às crises estruturais do capitalismo financeiro.

Em se tratando de Extensão Universitária, a ideologia da solidariedade faz ainda mais: solapa o potencial crítico da Extensão Universitária em se tornar um canal de desvelamento da ideologia dominante, conscientizando cidadãos dos processos de exploração associados à reestruturação do capital e as suas estratégias políticas de perpetuação, expressos pelo neoliberalismo e pela Terceira Via;

A Extensão Universitária reduz-se, assim, a atividades pontuais de prestação de serviços, cursos e eventos, muitas vezes desagregados de um projeto político-pedagógico que insira a dimensão extensionista na formação crítica do discente.

**Referências:**

BARBOSA, M. G. A ideologia da solidariedade no Programa Comunidade Solidária. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2005, Belo Horizonte/MG. **Resumos do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte/MG: Gráfica da UFMG, 2005. v. 01. p. 02-14.

CALDERÓN, A. I. A universidade mercantil e o caso da universidade pública: reflexões a partir da experiência chilena. **EccoS Revista Científica**, São Paulo/SP, v. 5, n. 1, p. 59-76, junho/2003a.

CALDERÓN, A. I. **Educação superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

CALDERÓN, A. I. Extensão Universitária: institucionalização sem exclusão. **Revista Ensino Superior**, Piracicaba/SP, v. 53, p. 36-38, jul./dez., 2003b.

CALDERÓN, A. I. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n.1, p. 61-72, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9802.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 237-255, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n2/v12n2a15.pdf>>. Acesso em 04 mar. 2017.

CARVALHO, C. H. A. Capital concentration and financialization in brazilian private Higher Education. **Academia**, Patras, n. 10, p. 56-78, out., 2017.

CHAUÍ, M. Em torno da universidade de resultados e de serviços. **Rev. USP**, n.25, p. 55-61, 1995.

CHAVES, V. L. J.; CAMARGO, A. M. M. de. Acesso e expansão do ensino superior em Belém: o público e o privado em questão. In: ANPED, 2003, Caxambú. **Anais eletrônicos da 26ª Reunião Anual da ANPED**, Caxambú, 2003, p. 1-20. Disponível em: <<http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/veraluciachaves.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2017.

COUTINHO, C.N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F. de, et. al. (Org.) **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.

CUNHA, L. A. Crise e Reforma do Sistema Universitário (Debate). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo/SP, n. 46, 1996.

DALE, R. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma cultura educacional mundial comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação. **Educ. Soc.** Campinas, v. 25, n. 87, pp. 423-460, mai./ag., 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 jan. 2018.

DURHAM, E. Crise e Reforma do Sistema Universitário. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo/SP, n. 46, 1996.

FERNANDEZ, O. M. Universidades Populares y Pedagogía Social. **Revista IPSE-ds**. Las Palmas de Gran Canaria, v. 10, dez./2017, p. 71-91. Disponível em: <[http://ipseds.ulpgc.es/IPSE-ds-Vol\\_10\\_2017/IPSE-ds-10-6.pdf](http://ipseds.ulpgc.es/IPSE-ds-Vol_10_2017/IPSE-ds-10-6.pdf)>. Acesso em 11 out. 2019.

FILHO, J. R. dos S. **Financiamento da educação superior provado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. 237 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pará, Belém, 2016.

- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GIDDENS, A. **O debate global sobre a terceira via.** São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- GIDDENS, A. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia.** São Paulo: Record, 2001.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** - Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUSMÃO, R. A ideologia da solidariedade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 62, p.93-112, 2000.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília/DF, Ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun., 2001
- MACLEAN, N. **Democracy in chains: the deep of the radical right's stealth plan for America.** New York: Penguin, 2017.
- MARTINS, C. B. O público e o privado na educação superior brasileira nos anos 80. **Cadernos Cedes**, n. 25, Campinas: Papirus, 1991.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850.** São Paulo: Boitempo, 2012.
- MELO NETO, J. F. de. Extensão universitária: bases ontológicas. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Extensão universitária: diálogos populares.** João Pessoa/PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002, v. 1, p. 13-33.
- MENEZES, L. C. de. **Universidade sitiada: ameaça de liquidação da universidade brasileira.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTAÑO, C. O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53-64, 1. sem. 2002.
- NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In. FARIA, D. S. de (org). **Construção conceitual da Extensão na América Latina.** Brasília. Editora UnB. 2001, p. 57-72.
- PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, dez. 2009.
- PERES, T. H. de A. Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. **Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2005.
- PERONI, V; ADRIÃO, T. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **O público e o privado na educação – interfaces entre Estado e sociedade.** São Paulo: Xamã, 2005, p-137-153.
- PERONI, V; OLIVEIRA, R. T. de C. de; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da Educação Básica Brasileira. **Educação e Sociedade.** Campinas, Vol.30, n.108, p.761-778, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0730108>>. Acesso em 28 fev. 2017.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Comunidade Solidária: três anos de Trabalho.** Brasília: Imprensa Nacional, 1998.
- SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez., 2015.
- READINGS, B. **Universidade sem cultura?** Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

RESENDE, L. F. de L. **Comunidade Solidária: uma alternativa aos fundos sociais**. Brasília: IPEA, 2000.

SILVA, I. G. **Democracia e participação na reforma do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUSA, L. M. C. **Financeirização da Educação Superior Privado-Mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S.A.** 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pará, Belém, 2019.

TAVARES, M. das G. M. **Extensão Universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió: Edufal, 1997.

VALE, A. A. do et. al. Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. In: CABRITO, B. et al. **Os desafios da expansão da educação em países da língua portuguesa: financiamento e internacionalização**, Lisboa: EDUCA, 2014, p. 199-219.

VIRIATO, E. O. Estado, Política educacional e o Terceiro setor. In: I Congresso Internacional de Educação e Desenvolvimento Humano, 2004, Maringá. **Anais...** Maringá/PR: UEM/DTP/DFE, 2004, v. 01, p. 01-09.

---

### Notas

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação (UFPA). Técnico-Administrativo vinculado à Universidade Federal do Pará (PROEX/UFPA). Pesquisador do Grupo Paideia - Filosofia da Educação, Epistemologia e Formação - [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8695496855223158](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8695496855223158). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3067402692125478>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0966-0174>. E-mail: [raphael.carmesin@gmail.com](mailto:raphael.carmesin@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Educação (UFPA). Professor da Faculdade de Educação e de Filosofia da UFPA. Pesquisador fundador do Grupo Paideia - Filosofia da Educação, Epistemologia e Formação - [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8695496855223158](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8695496855223158). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7717970084199162>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8247-8803>. E-mail: [damião@ufpa.br](mailto:damião@ufpa.br).

<sup>3</sup> Ressalte-se que o próprio lugar paradigmático da instituição universitária na configuração do Ensino Superior perde força com a emergência da lógica mercantil, que busca privilegiar, na expansão, as IES não universitárias. Mesmo as universidades privadas não privilegiam a indissociabilidade nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

<sup>4</sup> Não se ignora que esse ideal de Extensão não tem se transformado, ordinariamente, em efetividade, mesmo nas universidades públicas. A novidade, talvez, seja o fato de essa concepção emancipatória de Extensão ter perdido, em parte, a sua justificativa, mesmo como horizonte regulador das ações extensionistas, em face da força da lógica mercantil.

<sup>5</sup> Antropóloga, foi fundadora e dirigiu o Programa de Comunidade Solidária durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), principal programa social do Governo Federal.

Recebido em: 29 nov. 2019

Aprovado em: 23 nov. 2021